



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eiel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-263-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637210707>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Psicologia: Trabalho e Sociedade, Cultura e Saúde*, reúne em seu segundo volume, vinte artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PANDEMIA DO MEDO E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL

Caroline Silva de Araujo Lima
Camila Frazão Tolentino
Melany Marques Beserra
Cahina Rebouças Duarte Camacho
Amanda Luzia Moreira Souza
Gabriela Cecília Moreira Souza
Gabriel Jessé Moreira Souza
Maria Gabriela Teles de Moraes
Crincia Amorim Melo Alencar
Dágyla Maisa Matos Reis
Alberto Mariano Gusmão Tolentino Junior
Jair Gomes Tolentino
Ana Flávia Miranda Reis
Nathane Barbosa Xavier

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107071>

CAPÍTULO 2..... 10

OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR

Marita Pereira Penariol
Izadora Oliveira Felez
Jaqueline Fernandes Carneiro
Karoline Dick
Ketlin Fernanda Lazzarotto
Letícia Costa Molinari
Maria Angelica Stimer
Mariana Becker Domingues
Sabrina Thais de Rosso Foltz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107072>

CAPÍTULO 3..... 21

AÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) DURANTE A PANDEMIA DO SARS-CoV-2 COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

Ana Isabela Almeida Egídio
Keila Marine Pedrosa dos Santos
Bruno Martins Borges
Calíope Pilger
Ana Carolina Scarpel Moncaio
Jalusa Andréia Storch Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107073>

CAPÍTULO 4..... 28

A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO: A GENERALIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL COMO SINÔNIMO DE INCAPACIDADE

LABORAL

Renata Botelho Dutra
Danutta Ribeiro Bueno de Araujo
Thalyta Carla Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107074>

CAPÍTULO 5..... 40

AS EXTENUANTES JORNADA DE TRABALHO DA MULHER MODERNA E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL

Elaine Barreto Correia Garcia
Lucimara Sousa dos Santos
Vitória Demarque Medeiros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107075>

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS E SOFRIMENTO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS DE 5 EDIÇÕES DO ENAPG

Michelle de Andrade Souza Diniz Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107076>

CAPÍTULO 7..... 65

TRABALHO: O QUE É? O QUE É? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO

Rita de Cássia Gomes da Silva
Álvaro Itaúna Schalcher Pereira
Francisco Adelson Alves Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107077>

CAPÍTULO 8..... 83

PEDA(LAÇO): UMA INTERVENÇÃO PELA MOBILIDADE CONSCIENTE E PELA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Amanda Luiza Weiler Pasini
Ana Cristina Nascimento Goulart
Júlia Sitya Padoin
Juliana Lamana Guma
Luiza Moscato Soares
Natália Noal Nascimento
Telma Garcez Leal
Caroline Lúcia Cantarelli Rohde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107078>

CAPÍTULO 9..... 90

POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA: UM CAMINHO TRILHADO A PARTIR DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dávila Natanny Machado
Israel Coutinho Sampaio Lima
Sofia Dionizio Santos

Gerardo Teixeira Azevedo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107079>

CAPÍTULO 10..... 103

ANÁLISE METODOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL SOBRE A ANSIEDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Renato Américo Dantas Camilo de Souza

Jonathan Bento Cavalcanti

Edwirde Luiz Silva Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070710>

CAPÍTULO 11 115

A PRÁTICA ESPORTIVA NA UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

Alan Gabriel Ribeiro da Silva

Angelo Maurício de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070711>

CAPÍTULO 12..... 125

CONTRIBUIÇÃO DA CINOTERAPIA PARA PSICOTERAPIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Gládys Tinoco Corrêa

Matheus Neves Araujo

Clara Hévila Lima Lourenço

Déborah Braga Costa

Jousiane de Almeida Pereira

Rita de Cássia Ellen Silva Serra

Tácila Feitosa Fonteles

Laís Nunes Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070712>

CAPÍTULO 13..... 136

LUTO PERINATAL: OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELAS PERDAS GESTACIONAL E NEONATAL

Larissa da Silva Santos

Rodrigo Almeida Damasceno

Ruth Raquel Soares de Farias

Sara Cavalcanti Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070713>

CAPÍTULO 14..... 149

PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO DIREITO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO INFANTOJUVENIL

Antonio Elieser Sousa Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070714>

CAPÍTULO 15..... 163

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Francisca Moraes da Silveira

Anna Beatriz Silva Castro

Evilly da Luz Barbosa

Victória Amorim da Silva

Vitória Luiza Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070715>

CAPÍTULO 16..... 175

PSICOSES, FAMÍLIA E ARTE: MEIOS PARA PSICOEDUCAÇÃO DE FAMILIARES PELA ARTE

Brendha Leandro dos Santos

Allan Alves Nogueira

Carla de Meis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070716>

CAPÍTULO 17..... 191

RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO FRENTE À QUEIXA DE DEPRESSÃO

Ana Raquel Gomes Ferreira

Mara Eduarda Sousa de Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070717>

CAPÍTULO 18..... 199

RELAÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dalva Adriana Grade

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070718>

CAPÍTULO 19..... 213

UM OLHAR PERANTE A ALMA

Daniel Docasar

Alexandre Docasar Serafino Silva

Daurema Conceição Docasar Serafino Silva

George Vladimir dos Santos Lima

Renata Mendes Barboza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070719>

CAPÍTULO 20..... 221

PRÁTICAS CULTURAIS E COMPORTAMENTO VERBAL: PROPOSTAS CONCEITUAIS E POSSÍVEIS APLICAÇÕES

Samuel de Araujo Fonseca

Louanne Emanuelle Rufino de Almeida

Dyego de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070720>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	233
ÍNDICE REMISSIVO.....	234

CAPÍTULO 6

DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS E SOFRIMENTO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS DE 5 EDIÇÕES DO ENAPG

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 26/03/2021

Michelle de Andrade Souza Diniz Salles

Universidade Católica Dom Bosco/ Casa de
Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/8574823892870041>

RESUMO: Parece que os desafios e dificuldades enfrentados pelos gestores públicos no exercício da atividade gerencial está carregada de sentimentos que indicam sofrimento. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar os aspectos da atividade gerencial pública que podem desencadear sofrimento. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde foram analisados os 801 artigos das edições de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016 do ENAPG, dentre estes, 127 permitiram explicitar as dificuldades e sentimentos dos gestores no exercício da atividade gerencial. Os artigos foram analisados indutivamente, o que permitiu identificar condições ambientais e na organização do trabalho que tornam esta atividade propícia ao sofrimento do gestor.

PALAVRAS-CHAVE: 1 Sofrimento Gerencial; 2 Gestão Pública; 3 Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG.

CHALLENGES OF PUBLIC MANAGERS AND SUFFERING: A REVIEW OF ARTICLES FROM 5 EDITIONS OF MPAG

ABSTRACT: It seems that the challenges and difficulties faced by public managers in the exercise of managerial activity are loaded with feelings that indicate suffering. Thus, the objective of this work was to identify the aspects of public management activity that can trigger suffering. A bibliographic research was carried out, in which the 801 articles from the 2008, 2010, 2012, 2014 and 2016 editions of ENAPG were analyzed, among which 127 allowed to explain the difficulties and feelings of managers in the exercise of managerial activity. The articles were analyzed inductively, which allowed the identification of environmental conditions and work organization that make this activity conducive to the manager's suffering.

KEYWORDS: 1 Managerial Suffering; 2 Public Management; 3 Meeting on Public Administration and Governance – MPAG.

1 | INTRODUÇÃO

Dejours (1992) revela que existem muitos estudos sobre motivação e poucos sobre a insatisfação que leva ao sofrimento psíquico. Esta realidade torna-se, ainda maior quando voltamos as lentes para a atividade gerencial em instituições públicas.

De maneira geral os eventos e encontros sobre administração pública envolvem apresentação de ferramentas de gestão,

números e estudos de caso, em sua maioria bem-sucedidos, mas não abordam os sentimentos do gestor no exercício da função gerencial.

Entretanto, os gestores públicos vêm apresentando indícios de que a atividade gerencial vem impactando sua saúde física e mental, conforme revelam alguns dos artigos aqui apresentados. Quando o assunto é abordado, o estudo reflete, de maneira geral, a realidade de uma instituição ou um seguimento de carreira, mas não especificamente a realidade de um conjunto de gestores públicos de diferentes instituições.

Dejours (1992) sugere que a melhor forma de lidar com o sofrimento é identificando os aspectos que desencadeiam o processo, bem como, melhorar a qualidade das relações com colegas e chefias por meio da cooperação, confiança e solidariedade.

2 I OBJETIVOS, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para responder à questão de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo final: Identificar junto aos anais das edições de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016 do ENAPG, os aspectos do trabalho dos gestores públicos que podem desencadear sofrimento gerencial. Foram estabelecidos, ainda, três objetivos intermediários: (1) Levantar artigos que tratam de sofrimento gerencial em instituições públicas. (2) Identificar as características do ambiente interno e externo onde atuam os gestores e que podem desencadear sofrimento gerencial e; (3) Identificar nos processos de trabalho dos gestores aspectos que possam desencadear sofrimento gerencial.

A pesquisadora atua como gestora de pessoas a mais de 12 anos em instituições públicas e percebeu a frustração e o adoecimento de gestores públicos em diferentes instituições e esferas de poder em virtude do ambiente onde estão inseridos, das exigências advindas do cargo gerencial, da idealização de um grupo de competências necessárias aos gestores por seus superiores e subordinados, dos processos de trabalho que geram adoecimento e das cobranças que o gestor faz a si próprio em virtude do seu compromisso com a sociedade.

Buscou-se para esta pesquisa escolher um evento, no âmbito nacional, que permitisse uma compreensão do ambiente gerencial público para além somente do sofrimento em si, mas que possibilitasse identificar aspectos geradores de sofrimento.

O Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG é um evento promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração/ANPAD. É um espaço de discussão em que são apresentados trabalhos provenientes de pesquisas na área de administração pública de todo o Brasil e exterior. Assim, os anais do Encontro de Administração Pública e Governança apresentam um terreno apropriado para identificação aspectos que podem desencadear sofrimento gerencial.

Os resultados deste estudo podem subsidiar a elaboração iniciativas com vistas a melhorar a qualidade de vida do gestor público, bem como, subsidiar programas de

desenvolvimento e capacitação gerencial, considerando os sentimentos e dificuldades encontrados na trajetória gerencial dos servidores. Pode contribuir, ainda, com pesquisas acadêmicas para compreensão da gestão no ambiente das organizações públicas no Brasil.

3 I ATIVIDADE GERENCIAL NO SERVIÇO PÚBLICO

A atividade gerencial nas instituições públicas tem se tornando cada vez mais complexa. Isto acontece devido a uma cobrança maior que a sociedade tem feito às instituições públicas. Estas cobranças exigem maior eficiência nos processos de trabalho, no atendimento ao cidadão, assim como capacidade na otimização dos recursos. Esta atividade envolve, ainda, lidar com a carga histórica da Administração Pública Brasileira que apresenta reflexos nas práticas atuais de trabalho, na cultura e na própria estrutura das instituições, lidar com as dinâmicas de disputa política e de poder nas instituições públicas, além de lidar com sua própria subjetividade e a dos servidores (LONGO, 2003).

As primeiras designações para ocupar cargos públicos no Brasil surgiram na época em que o país ainda era colônia de Portugal, mas foi na década de 1930, advindo da ciência política e das teorias de Max Weber, que surge o modelo burocrático de gestão. Este modelo gerencial que tem por objetivo refrear o patrimonialismo e o clientelismo advindo dos mecanismos pré-burocráticos (FERREIRA, 1996).

O profissionalismo burocrático fomentou a separação entre planejamento e execução dentro da esfera pública, o que gerou uma separação entre política e administração pública. A política passou a ser responsável pela elaboração de políticas públicas e a administração pública pela execução das ações (SECCHI, 2009).

O Governo Vargas instituiu, em 1938, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Este era o órgão que responsável por implementar as diretrizes da gestão burocrática (NICOLINI, 2007).

Embora o foco da gestão burocrática fosse a padronização e o controle de procedimentos, a falta de dinamismo do modelo burocrático atrelado a inflexibilidade não atendiam as demandas da sociedade por eficiência e eficácia no serviço público (LONGO, 2003).

Dando continuidade ao processo de reestruturação do estado e para enfrentar as limitações da gestão burocrática, sob o comando de Amaral Peixoto e inspirado por Hélio Beltrão promulgou-se o Decreto-Lei Nº 200 de 1967. Este decreto incorporou práticas de administração de empresas baseado em instituições norte americanas e tinha como objetivo fortalecer a administração indireta por meio da descentralização e autonomia com objetivo de agilizar a máquina estatal (NICOLINI, 2007).

Entretanto, como revela Nicolini (2007), a perda da singularidade própria à administração pública abre caminho, nos anos seguintes, a mercantilização do Estado, pois o Estado passa a ser considerado como uma instituição empresarial comum, excluindo-se

assim a relevância de aspectos políticos inerentes às instituições públicas.

A crise advinda do estado desenvolvimentista, do autoritarismo, da falta de governabilidade, em função da descentralização desgovernada, da deterioração da administração pública, da recessão econômica, da crise fiscal e da invasão dos conceitos de gerencialismo advindos da Grã-Bretanha e Estados Unidos na década de 70 e 80, impulsionaram o Brasil a uma nova Reforma do Estado, desta vez com caráter gerencial (PAULA, 2005b).

Os objetivos da APG eram desenvolver no serviço público ferramentas da administração privada, buscar parcerias para solução dos problemas da sociedade, desenvolver a competição entre instituições públicas e privadas, e mesmo entre instituições públicas, estabelecer a administração por objetivos com ênfase nos resultados, utilizar a avaliação de desempenho, descentralizar para fomentar capacidade gerencial e inovação; aumentar a auto-estima do servidor, desenvolver competências para a atuação no serviço público, administrar cargos e salários públicos e, desenvolver ações para a constituição de um Estado mínimo (SECCHI, 2009; MARTINS, 1997).

Os governos dos presidentes José Sarney (1985 a 1990) e Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) também tentaram implementar reformas no Estado a época de seus mandatos, entretanto foram malsucedidas, principalmente pelo fato da incapacidade ou mesmo inconveniência da reforma, o que gerou desorganizações na área de pessoal no que se refere ao sistema de carreiras, previdência e regime funcional, além das investidas de privatização, com objetivo de redução da máquina estatal (MARTINS, 1997).

Em 1995, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira sob o comando do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) iniciou o Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDAE), com inserção de prerrogativas da Gestão pela Qualidade Total (PAULA, 2005a).

A reforma administrativa do estado de 1995 não conseguiu extinguir a dualidade entre política e administração permanecendo a distinção sobre quem formula a política e quem as executa, distinção já condenada pelas ciências administrativas (PECI, PIERANTI e RODRIGUES, 2008).

Em 2002 toma posse então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com uma proposta voltada para áreas sociais do Estado. No que se refere a modificações na estrutura administrativa do Estado o governo de Lula manteve iniciativas anteriores de modernização, ainda com foco na eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pelo Estado mantendo, porém, a tendência das práticas da administração de empresas (ABRÚCIO, 2007).

Desde a época da reforma venham sendo feitos movimentos para implementar práticas de administração de empresas da iniciativa privada em instituições públicas, entretanto, as instituições públicas não apresentam exatamente as mesmas características das instituições privadas, principalmente no que se refere a razão de ser destas instituições

de Estado, haja vista que sua estruturação será sempre regida por planos políticos e econômicos do governo vigente (NUNES e LINS, 2009)

Embora os servidores públicos estejam menos susceptíveis as instabilidades do trabalho, como por exemplo a demissão sem justa causa (BRASIL, 1990), isto não exatamente ocorre com gestores públicos, que podem ser exonerados de suas funções em qualquer momento. Estes profissionais estão expostos a outras instabilidades no trabalho como a deterioração das condições de trabalho, seja em virtude dos poucos recursos materiais, seja em virtude de processos de trabalho deficientes, ou mesmo estruturas organizacionais hierarquizadas e inflexíveis.

Além do mais, o gestor está sujeito a instituição que o nomeou para o posto gerencial, de maneira que este cumpra os objetivos e metas, leis e regulamentos. Este ambiente e estas relações de trabalho que mesclam ora subordinação do gestor, ora seu papel como líder podem gerar sentimentos de submissão e resistência, familiaridade e estranheza, prazer e dor. Aquele que ocupa um cargo gerencial vive uma expectativa de criação, transformação e desenvolvimento do que é gerido, inserindo aspectos pessoais e obedecendo a aspectos prescritos pela instituição (BRANT, 2001).

À diante veremos como estes aspectos subjetivos, intersubjetivos e ambientais podem ser propulsores no processo de sofrimento no trabalho.

4 | PSICODINÂMICA E SOFRIMENTO NO TRABALHO

Os estudos sobre a subjetividade do trabalhador e os impactos do sofrimento psíquico sobre sua saúde são relativamente recentes. Antes 1968 os estudos e pesquisas sobre a saúde do trabalhador apontavam suas lentes para a objetividade da doença e como esta poderia desencadear em incapacidade física ou mesmo a mortalidade do trabalhador (BRANT, 2001; DEJOURS, 1992).

A psicodinâmica do trabalho, linha de pesquisa teórica e empírica de Dejours (1992), pesquisa os impactos do trabalho sobre a subjetividade do trabalhador, que vai além da patologia, mas que apresentam potencial para desencadear patologias. Esta reflexão é feita a partir da análise da dinâmica entre o homem e o trabalho e o que pode gerar sofrimento ou prazer. A psicodinâmica busca, ainda, minimizar o impacto entre a expectativa do trabalhador quanto ao trabalho idealizado, que é atribuído a partir de suas necessidades e seus valores culturais, pessoais e familiares, e a organização real do trabalho que pode ser limitante, ou mesmo, impedir a criatividade e o desejo de realização em virtude da rigidez ou mesmo imposições da organização do trabalho (PEREIRA, 2003, SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010; PIOLLI, HELOANI e SILVA, 2013).

O sofrimento do trabalho não é resultado somente das condições de trabalho expressas pelo ambiente químico, físico, biológico, de higiene e de segurança, mas aborda aspectos concernentes a organização do trabalho que engloba o conteúdo das tarefas,

o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, questões de responsabilidade, assim como a sua interação com aspectos subjetivos do trabalhador que, como ser biopsicossocial, insere no trabalho aspectos de sua própria vida e investe suas capacidades intelectuais, habilidades e sentimentos (DEJOURS, 1992; SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010).

A atividade laboral não é neutra e o ambiente organizacional não se imita a organização. Este ambiente organizacional é determinado por injunções histórico-sociais, onde interagem intersubjetivamente crenças e valores, onde interagem a história de cada indivíduo, bem como, a época histórica em que se situam (SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010).

A insatisfação e a ansiedade são dois sintomas iniciais que indicam que há sofrimento por parte do trabalhador. Estes sintomas podem desencadear processos mais graves como depressão que se revela em um cansaço e vai além dos esforços físico e psicossensorial, pois, esta vivência depressiva se manifesta pela sensação de adormecimento intelectual, aniquilose mental, paralisia da imaginação, muito comum em atividades taylorizadas (DEJOURS, 1992)

Atividades profissionais desestimulantes podem levar ao trabalhador a acumular atividades em busca da realização, entretanto isto pode levá-lo a fadiga e esgotamento e junto com outros fatores pode desencadear um processo de adoecimento físico e psíquico (DEJOURS, 1992).

Em estudos empíricos, Pereira (2003) identificou, ainda, outras formas de vivências de sofrimento que são o sentimento de solidão, cansaço, condutas de inibição, propensão a agressividade, sentimento de medo, ansiedade, tédio, insatisfação com o trabalho, sentimento de desgaste, isolamento, submissão, sentimento de desgosto e insegurança.

O sofrimento aumenta à medida em que a organização do trabalho se torna mais rígida, com menor conteúdo significativo e com poucas possibilidades de mudança na realidade do trabalhador. (DEJOURS, 1992)

Outro aspecto que, segundo Dejours (1992), é pouco estudado na psicopatologia do trabalho, mas que exige do trabalhador desenvolver sistemas defensivos para lidar com o sofrimento, é o medo. O medo responde por aspectos da realidade do trabalhador em todas as ocupações, inclusive em atividades consideradas administrativas. A negação do medo é um dos mecanismos de defesa do indivíduo, isto é, uma busca do indivíduo em convencer a si mesmo de que não há risco e não se mostrar frágil.

Para minimizar a sensação de medo, os trabalhadores tendem a tornarem-se polivalentes, pois em desconhecendo algum aspecto acreditam que correm mais riscos. Entretanto, a polivalência tende a aumentar ainda mais a sensação de medo pois tomam conhecimento de que não podem ter domínio de todas as variáveis que envolvem a sua atividade (DEJOURS, 1992).

Além da polivalência que aumenta a sobrecarga do trabalhador, Dejours (1992)

revela em suas pesquisas que as exigências para que o trabalhador faça suas entregas com qualidade em um tempo mais acelerado, em virtude da organização do trabalho, produzem rápidas descompensações como crises de choro, dos nervos ou mesmo desmaios que pode refletir no comportamento de toda uma equipe de trabalhadores. Para minimizar estes impactos na saúde mental do trabalhador basta diminuir a pressão organizacional.

A rigidez da organização do trabalho prejudica o equilíbrio psicossomático individual. No caso de gestores públicos a rigidez pode ser manifesta nas estruturas impostas pela rigidez do aparato legal que envolve as instituições públicas.

Em sua pesquisa Nunes e Lins (2009) identificaram que os aspectos que desencadeiam sofrimento do trabalho de servidores públicos estão relacionados as dificuldades impostas pelo ambiente e o modelo de gestão hierarquizado.

Quando o trabalhador se defronta com uma situação onde a organização do trabalho tende a gerar desequilíbrio psicossomático, este trabalhador tende a compensá-lo investindo esforço comportamental e mental para lidar com este desequilíbrio o que gera fadiga. A fadiga se caracteriza como um sintoma psicossomático pois tem impacto sobre o corpo e a mente do trabalhador (DEJOURS, 1992).

Os gestores sofrem com elevada exigência por produtividade, qualidade e menor custo de produção, bem como, sofrem com a instabilidade de sua permanência no cargo. Isto gera reflexos em suas relações familiares, assim como, uma incapacidade de planejar seu futuro. Este panorama vem submetendo os gestores a intenso ritmo de trabalho que se assemelham a uma espécie de *neotaylorismo* (BRANT, 2001; PIOLLI, HENOANI, SILVA, 2013).

Mesmo apresentando um grau de qualificação diferenciado, assim mesmo, os gestores vêm tendo suas atividades de planejamento e gestão controlados e parcelados, pois, apesar de ter a coordenação do próprio trabalho, concepção e processo estas atividades ainda tem supervisão exercida por outra pessoa. A descrição de tarefas é feita para o cargo e definido o modo em que o gestor deve desenvolver o processo gerencial, assim, este modo apresenta algumas semelhanças com o taylorismo (MENDES, 1994)

Percebe-se que existe uma resistência das organizações em admitir o sofrimento mental e a fadiga. As organizações tendem a reconhecer a doença física como aceitável. Quando há sofrimento mental as organizações tendem a desqualifica-lo o que aumenta a sensação de impotência do trabalhador, o que acaba por agravar o seu estado psíquico, quando de fato a doença mental é caracterizada (DEJOURS, 1992).

Não é incomum que o trabalhador para não revelar sua incapacidade em virtude da doença busque mecanismos que a torne suportável. A alienação seria uma das primeiras etapas onde o trabalhador busca sujeitar o corpo e a mente, mas que pode agravar o estado de sofrimento, pois lesa o moral do trabalhador levando a aceitar elementos que parecem positivos em sua realidade na crença de que nada pode fazer para muda-la. Assim, manifesta-se o conflito entre o desejo do trabalhador frente a demanda organizacional

(DEJOURS, 1992; PEREIRA, 2003).

No caso de servidores públicos ao mesmo tempo em que sentem a frustração de suas expectativas e necessidades, quando em um o contexto social de instabilidade no mercado de trabalho, a estabilidade do cargo público se apresenta como um dilema entre a insatisfação no trabalho e a dificuldade de buscar uma nova colocação no mercado. Esta sensação de confinamento no serviço público e a incapacidade de mudar a sua situação gera sofrimento e alienação (SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010).

Augusto, Freitas e Mendes (2014) revelam ainda outra faceta de um contexto social de desemprego. Por medo de perder seu cargo como servidor público muitos novos servidores aceitam ser investidos de cargo de confiança intermediários, submetendo-se a tudo o que é definido por instancias superiores sem questionamento, consentindo em reprimir sua própria inteligência e subjetividade.

Assim, aquele que ocupa um cargo gerencial quando de origem trabalhadora, está sujeito a um conflito entre a expectativa de criar, transformar, ou mesmo acrescentar com características da própria pessoa e a obediências as prescrições organizacionais, sendo uma mescla entre submissão e resistência, bem como familiaridade e estranheza (BRANT, 2001)

Por ser gestor, mesmo sendo da classe trabalhadora, este é chamado a identificar-se com as diretrizes e princípios organizacionais, como uma tentativa de desenraizamento de suas origens e enraizamento em uma realidade onde predominam os interesses organizacionais, mas ainda sendo explorado como trabalhador (BRANT, 2001)

Para Brant (2001), esta ambiguidade entre submissão e liderança desencadeia nos gestores uma tendência a assumirem as falhas e erros como exclusivamente seus, por atribuí-los a sua própria incompetência ou negligência gerencial, entretanto existem aspectos outros envolvidos que interferem no trabalho gerencial, tais como, a organização do trabalho ou as estruturas da instituição.

Supervisores e gestores, para não se indisporerem com a hierarquia nem com os trabalhadores, negam o sofrimento alheio ou mesmo o próprio sofrimento por acreditarem fazer parte de um sistema que é muito maior que eles próprios (AUGUSTO, FREITAS e MENDES, 2014)

Entretanto, ignorar os próprios limites controlando os próprios sentimentos pode desencadear em embrutecimento progressivo, clima de torpor psíquico, sentimento de inércia, falta de reação, dependência química, doenças somáticas crônicas ou agravamento de doenças preexistentes, desinteresse pelas relações familiares e dependência do trabalho (DEJOURS, 1992).

Um aspecto inerente a realidade dos gestores públicos é a descontinuidade administrativa. É uma realidade nas instituições públicas a existência de dois tipos de gestores, aqueles que são eleitos e os indicados. Os gestores eleitos permanecem na função por tempo determinado e, em não poucos casos tem dificuldade de concluir seu

projeto político de gestão. Os gestores indicados, embora não tenham necessariamente seu desligamento do cargo ligados a período determinado, estes podem ser desligados seja pela mudança de um gestor eleito ou mesmo antes.

Piolfi, Heloani e Silva (2013) destacaram que esta descontinuidade na gestão, tem desenvolvido uma identidade oprimida e desesperançosa o que aumenta o sofrimento, em especial nos gestores, que se veem submetidos a esquemas de gestão em que se exige desenvolver a resiliência para lidar com uma conveniente adaptação.

Este processo de descontinuidade ou mesmo as ingerências políticas podem, ainda, gerar uma fragilização na relação com os pares e equipes e gerar um sentimento de desvalorização no gestor por não conseguir articular um coletivo de trabalho (MENDES, 1994)

Augusto, Freitas e Mendes (2014) recomendam que a área de gestão de pessoas assuma o papel de proporcionar a estabilidade do aparelho psíquico dos trabalhadores, assim como, a saúde da organização, seja por meio de treinamento dos gestores ou, ainda, a substituição de gestores que tenham um perfil mais apropriado a gestão, assim como, trabalhar para a minimizar os impactos da descontinuidade na saúde mental de gestores e equipes, para que a instituição possa ofertar um serviço de qualidade a sociedade.

Dejours (1992) sugere que a melhor forma de lidar com o sofrimento é identificando os aspectos que desencadeiam o processo, bem como, melhorar a qualidade das relações com colegas e chefias por meio da cooperação, confiança e solidariedade.

Para construir esta capacidade de lidar com o sofrimento, Brant e Dias (2004) sugerem a construção de espaços de escuta e palavra, onde se propicie a construção de uma rede de solidariedade entre os gestores, onde possam compartilhar o sofrimento, dialogar sobre o desconforto, inconformismo ou indignação, de maneira a identificar soluções coletivamente.

5 | PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa é considerada exploratória nos termos de Piovesan e Temporini (1995), pois, segundo esses autores, um estudo exploratório, mediante investigação, permite o compreender fatores psicossociais que envolvem determinado fenômeno com base em vocabulário e ambiente de vida, isto é, permite o conhecimento mais completo e profundo de uma realidade que não se conhece ou se conhece pouco.

Também é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, que nos termos de Boccato (2006) é uma pesquisa que busca a resolução de problemas a partir de referenciais teóricos já publicados.

Conforme recomenda Pizzani, Silva, Bello e Hayashi (2012, p. 57) a pesquisa consistirá na coleta de dados primários a partir da consulta ao site da ANPAD e os Anais dos eventos do ENAPG das 5 últimas edições (2008, 2010, 2012, 2014 e 2016). Foram

excluídos da análise artigos que não se referiam a instituições públicas diretamente, com abordagem estritamente teórica, que relatavam apenas a implantação de ferramentas sem considerar as dificuldades para a implementação, que remetiam a comparação de técnicas somente, que não diziam respeito a realidade brasileira somente. Foram selecionados apenas artigos completos que apresentassem o depoimento ou percepção do gestor ou grupo de gestores públicos, tendo em vista que a temática sobre sofrimento envolve o indivíduo e sua subjetividade. Não foram selecionados para esta pesquisa artigos que abordassem o sofrimento sob o ponto de vista da sociedade ou de subordinados, mas, como dito, apenas de gestores públicos. Foram excluídos desta seleção os artigos que envolvam o terceiro setor.

Ainda seguindo a proposta apresentada e por Pizzani, Silva, Bello e Hayashi (2012, p. 57), a partir do banco de dados do ENAPG, buscou-se identificar artigos que apresentem aspectos que possam ser geradores de sofrimento e artigos que relatem sofrimento em gestores públicos nos termos de Brant (2001) e em especial Dejours (1992), considerando as características das instituições públicas. Após a seleção dos artigos foi realizada análise de conteúdo com abordagem indutiva em que se busca identificar os assuntos dominantes e seus múltiplos significados evidentes no texto. Foram criadas categorias a partir de frases literais ou significados em segmentos de texto específicos (THOMAS, 2006). Não foram identificadas quantas vezes a categoria se apresenta em cada artigo, mas que artigos estão enquadrados em cada categoria.

6 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para esta pesquisa foram analisados 801 artigos aprovados nas 5 últimas edições do ENAPG. Destes 801 artigos, 127 artigos foram de acordo com a metodologia proposta para fosse possível realizar a pesquisa. Dos 127 artigos selecionados, 3 artigos abordam especificamente aspectos que envolvem sofrimento gerencial.

A partir da análise dos 127 artigos selecionados foi possível identificar os aspectos do trabalho dos gestores públicos que podem desencadear sofrimento gerencial, bem como, identificar aspectos de sofrimento nos relatos destes artigos.

No Quadro 1 observam-se os desafios e dificuldades que os gestores relataram nos artigos selecionados.

Na 1ª categoria - **Demandas por efetividade, eficiência e eficácia** percebemos que os gestores enfrentam pressão por oferecer serviços que atendam aos critérios apontados pela categoria. Este é o foco da modernização que ecoa desde a implementação da administração burocrática até as práticas de gestão apresentadas pela reforma administrativa do Estado, com destaque a inserção de práticas de administração de empresas (LONGO, 2003; BRASIL, 2005; ABRUBIO, 2007; NICOLINI, 2007). Percebeu-se que a administração pública ainda sofre com a falta de dinamismo, entraves legais e

processuais, ecos da tentativa de implantação do modelo burocrático de Weber e que a AGP não conseguiu dar solução (LONGO, 2003).

Neste contexto percebe-se que o trabalho do gestor público apresenta aspectos contraditórios e que podem frustrar as expectativas do gestor/trabalhador concernente a expectativa de realização do gestor e as reais condições de realização deste trabalho (PEREIRA, 2003, SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010; PIOLLI, HELOANI e SILVA, 2013).

As 2ª categoria-Dificuldade com a gestão de pessoas e cultura, 4ª categoria-Disputas de Poder e meandros políticos e a 8ª categoria - Falta de Competência Gerencial de outros gestores revelam que a carga histórica da Administração Pública, suas práticas, cultura e dinâmicas de poder (LONGO, 2003; SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010) impactam no desenvolvimento da atividade gerencial.

	Desafios e dificuldades	2008	2010	2012	2014	2016	Total
1	Demandas por efetividade, eficiência e eficácia (Entraves legais, planejamento deficiente, melhoria no processo de gestão, etc)	26	14	10	9	23	82
2	Dificuldade com a Gestão de pessoas e cultura (vínculos, resistência, capacitação, carência de pessoal, gestão de equipes, gestão)	19	15	10	9	22	75
3	Deficiência de infra-estrutura (organizacional, material, orçamentária e de segurança)	23	16	8	7	19	73
4	Disputas de Poder e meandros políticos	26	16	6	6	15	69
5	Necessidade de interação entre os diversos atores internos e externos	10	14	3	9	21	57
6	Olhar social e envolvimento da sociedade na tomada de decisão	25	7	0	4	12	48
7	Desenvolvimento de uma Gestão Democrática e Participativa	15	15	4	4	9	47
8	Falta de Competência Gerencial	10	11	4	5	17	47
9	Fragmentação do trabalho gerencial e descontinuidades de gestão	14	7	0	4	7	32
10	Necessidade de Transparência e Intervenção de Órgãos de Controle	8	0	2	4	6	20
11	Necessidade de valorização da Gestão Pública	6	0	1	1	0	8

Tabela 1: Desafios e dificuldades relatados pelos gestores públicos.

Fonte: Dados da pesquisa.

O sofrimento não é resultado somente das condições de trabalho, mas, em especial, de sua organização. Dejours (1992) e Santos, Novo e Tavares (2010) explicam que aspectos como a hierarquia, as relações de poder, bem como os aspectos subjetivos e intersubjetivos que envolvem as relações sociais apresentam forte potencial para que o trabalhador desenvolva aspectos de sofrimento. No caso do trabalho gerencial estes aspectos se fazem presentes de forma como em nenhuma outra atividade, pois, são inerentes a atividade gerencial lidar com os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos seus

subordinados e superiores. Estes aspectos tanto impactam em suas atividades que foi evidenciado como dificuldade e desafio pelos gestores.

Brant (2001) revela que o gestor vive uma expectativa de criação em função de papel como orientador e desenvolvedor de soluções gerenciais, entretanto, este mesmo gestor está sujeito a aspectos prescritos pela instituição, bem como, ao poder que o designou para a função, o que limita a sua atuação.

A dificuldade em relação as condições de trabalho é um dos aspectos que podem resultar em sofrimento (DEJOURS, 1992) e estão expressas na 3ª categoria - **Deficiência de infra-estrutura**, que revela uma precarização das condições de trabalho dos gestores, que advém do contexto social-econômico em que o país está inserido (SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010) ou, ainda, parecem reflexos da proposta de um Estado mínimo (SECCHI, 2009; MARTINS, 1997).

Na 5ª categoria - **Necessidade de interação entre os diversos atores internos e externos** – percebe-se que é inerente a atividade do gestor público desenvolver parcerias internas e externas de maneira que os atores envolvidos atuem de maneira integrada. A necessidade de interação surge para que o gestor possa de fato atender as demandas da sociedade (LONGO, 2003; SECCHI, 2009) e, por isso a necessidade de integração dos agentes sociais com a instituição pública, bem como, buscar parcerias para atender a estas demandas (MARTINS, 1997; SECCHI, 2009). Mas para que isto aconteça é necessário mobilizar a sociedade e os possíveis parceiros, isto demanda, além do esforço físico, muito esforço mental, pois lida com os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos envolvidos (SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010). Quando não consegue realizar esta articulação o gestor tende a sentir-se desvalorizado (MENDES, 1994) ou mesmo desprestigiado.

A 6ª categoria - **Olhar social e envolvimento da sociedade na tomada de decisão** – Por ser uma atividade que tem um perfil voltado para atender as necessidades da sociedade e em virtude das exigências que a sociedade tem feito para melhoria dos serviços prestados ao cidadão (LONGO, 2003; SECCHI, 2009), os gestores revelaram que sentem a necessidade de que a sociedade seja envolvida nos processos de construção de planos e objetivos das instituições públicas, para que de fato seja efetivo o trabalho do gestor e para que o trabalho desenvolvido faça sentido para a sociedade demandante.

A 7ª categoria - **Desenvolvimento de uma Gestão Democrática e Participativa** revela uma necessidade do gestor em participar ativamente da tomada de decisão em todos os níveis e de sentir-se pertencendo a instituição. Entretanto, o modelo de gestão hierarquizado (NUNES e LINS, 2009) conflita com este desejo de pertencimento e realização (SANTOS, NOVO e TAVARES, 2010), o que pode gerar frustração entre o que o gestor gostaria de desenvolver e a realidade da estrutura institucional, da organização do trabalho e da distribuição de poder que se apresenta centralizadora e que impede o desejo de criação do gestor (DEJOURS, 1992; BRANT, 2001).

A 8ª categoria - Falta de Competência Gerencial reforça as descobertas de Brant

(2001), em que gestores apresentam uma tendência a assumirem as falhas e erros como exclusivamente seus, por atribuí-los a sua própria incompetência ou negligência gerencial.

A **9ª categoria - Fragmentação do trabalho gerencial e descontinuidades de gestão** apresenta-se como uma realidade constante na vida do gestor público que está suscetível a mudanças na gestão (NUNES e LINS, 2009) e isto pode ter duas implicações. A primeira é concernente a instabilidade do gestor no cargo. Segundo, Santos, Novo e Tavares (2010), quando em estágio probatório, o servidor aceita o cargo gerencial para minimizar a possibilidade de dispensa no cargo, o que faz com que o gestor tenha medo de perder a função gerencial, por este motivo se submetem a instancias sem questionamento. Entretanto o mais comum nos depoimentos é o reflexo que a descontinuidade gerencial tem nas atividades gerenciais, conforme abordado por Piolli, Heloani e Silva (2013) em suas pesquisas, onde revelam que a descontinuidade gerencial tem impacto sobre as atividades do gestor que permanece. Isto tem desenvolvido nos gestores uma identidade oprimida e desesperançosa, o que aumenta o sofrimento, pois é exigido destes gestores que desenvolvam resiliência para lidar com a adaptação.

Além do sentimento de insegurança causado pela descontinuidade gerencial (NUNES e LINS, 2009), Mendes (1996) reforça, ainda, que a descontinuidade gerencial gera fragilização das relações entre as equipes e pares e gera um sentimento de desvalorização no gestor por não conseguir articular um coletivo de trabalho.

As atividades qualificadas, como a atividade gerencial, guardam algumas semelhanças com o taylorismo, pois, embora tenha a coordenação do próprio trabalho, tem sempre suas atividades supervisionadas por outras pessoas, mas não no sentido de contribuir para o desenvolvimento dela, mas no sentido de supervisionar erros e puni-los.

A **10ª categoria - Necessidade de transparência e intervenção de órgãos de controle** revela o temor do gestor quanto a alcançar e atender as exigências dos órgãos de controle.

A APG propunha um processo de valorização do servidor (FERREIRA, 1996; SECHI, 2009) por meio de condições de desenvolvimento, destacando espírito público, bem como, o senso de missão para o alcance dos objetivos e metas. Entretanto a **11ª categoria - Necessidade de valorização da Gestão Pública**, revela que este não foi um processo concluído. Segundo Dejours (1992) atividades desestimulantes podem levar ao trabalhador a acumular atividades em busca da realização o que pode levá-lo a fadiga e esgotamento e junto com outros fatores pode desencadear um processo de adoecimento físico e psíquico.

Conforme apresentado na discussão teórica as condições ambientais e, em especial, a organização do trabalho geram impactos na subjetividade do trabalhador o que pode gerar sofrimento (DEJOURS, 1992). Nos artigos pesquisados os gestores relevaram sentimentos que expressam sofrimento e que estão apresentados no Quadro 2. Estes sentimentos foram identificados a partir dos desafios e dificuldades apresentados no Quadro 1

	Identificação de Sofrimento	2008	2010	2012	2014	2016	Total
1	Sobrecarga de trabalho	3	5	6	3	6	23
2	Frustração	3	6	4	2	5	20
3	Culpa (Responsabilização do gerente em construir soluções, tomar decisões e implementar ações)	10	0	1	3	2	16
4	Falta de reconhecimento	5	4	0	1	5	15
5	Desmotivação	6	2	3	2	2	15
6	Instabilidade e insegurança	4	0	1	2	1	8
7	Medo de se expor	2	0	1	2	1	6
8	Ansiedade	1	0	1	1	3	6
9	Impactos sobre a saúde física e psíquica	1	0	1	1	1	4
10	Desconfiança	2	0	0	1	1	4
11	Necessidade de Abnegação	0	2	0	0	2	4
12	Isolamento, distanciamento	0	1	1	0	2	4
13	Síndrome de Burnout	1	0	1	0	1	3
14	Não se reconhece na instituição	0	2	0	0	0	2
15	Aborrecimento	1	0	0	0	0	1

Tabela 2: Identificação de sofrimento no desenvolvimento da atividade do gestor público.

Fonte: Dados da pesquisa.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cinco últimas edições do ENAPG percebeu-se que o sofrimento de gestores públicos é um assunto pouco estudado no referido evento, pois, em relação aos 801 artigos aprovados, foram encontrados apenas 3 que abordam o sofrimento de gestor público, mas em relação a determinado seguimento de atuação do gestor.

Quanto aos desafios e dificuldades expressas pelos gestores percebeu-se que apenas uma categoria é relativa a **deficiência de infra-estrutura**, isto é, refere-se as condições de trabalho. Assim o maior causador de sofrimento gerencial é a organização do trabalho, que corresponde a 10 categorias.

Percebeu-se, ainda, que algumas categorias de desafios e dificuldades apresentam potencial para desencadear outros desafios e dificuldades, isto significa que se determinados desafios e dificuldades fossem solucionados outros possivelmente não existiriam.

Os gestores enfrentam uma pressão por oferecer serviços que **demandam efetividade, eficiência e eficácia**, no entanto, percebe-se que esta exigência esbarra em outros desafios apontados pelos gestores como as **dificuldades com a gestão de pessoas e cultura**, a própria **deficiência de infra-estrutura**, a **necessidade de interação entre os diversos atores internos e externos**, a **fragmentação do trabalho gerencial** e a **descontinuidades de gestão**.

A pressão sofrida pelos gestores advém da sociedade que demanda o serviço ou da organização, mas para os gestores a pressão por **transparência e a intervenção dos órgãos de controle** são os aspectos que mais preocupam o gestor por apresentar

aspectos punitivos graves.

Por serem organizações, em sua maioria, hierarquizadas, os gestores percebem uma necessidade de flexibilização e o **desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa**, para que o gestor possa se perceber participante do processo decisório em todos os níveis. Embora as disputas de poder e os meandros políticos estejam presentes em qualquer organização, instituições muito hierarquizadas apresentam maior propensão a **disputas de poder e meandros políticos** mais intensos, o que agrava a sensação de desgaste do gestor.

O desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa reflete na necessidade que o gestor percebe de a **sociedade esteja envolvida no processo de decisão** para tenha suas necessidades atendidas, mas também o envolvimento da sociedade é visto por alguns gestores como uma forma da sociedade acompanhar o trabalho dos gestores e **valorizar a gestão pública**, pois, esta possibilidade é vista como uma forma de mostrar a sociedade e aos superiores que apesar das dificuldades o gestor tem feito um esforço para alcançar atender as demandas.

Com pouca possibilidade de desenvolver soluções em virtude das dificuldades e por sentir que **falta aos gestores competência** para lidar com as dificuldades, foi observado nos artigos que os gestores se sentem sobrecarregados, com sentimento de frustração, culpa medo, falta de reconhecimento, desmotivação, instabilidade e insegurança, medo de se expor, ansiedade, desconfiança, isolamento e distanciamento da instituição, não se reconhece na instituição, aborrecimento, assim como desenvolveram Síndrome de Burnout, bem como expressaram impactos sobre a sua saúde física e psíquica.

Desta forma a atividade gerencial em instituições públicas vem se apresentando como um ambiente que apresentam potencial em desenvolver aspectos de sofrimento em gestores públicos.

Embora o sofrimento seja inerente a atividade laboral, recomenda-se, para além do esforço em reduzir os aspectos que causam sofrimento em gestores públicos, sugere-se, conforme Brant e Dias (2004), que sejam criados espaços onde os gestores possam expressar suas dificuldades e desafios, bem como seus sentimentos no exercício da atividade gerencial.

Como sugestão para pesquisas futuras recomenda-se avançar as pesquisas sobre: (1) os motivos que fazem com que um gestor público, apesar das dificuldades, ocupe uma função gerencial e (2) os motivos que levam os gestores públicos a permanecer na função gerencial a despeito dos desafios, dificuldades e sofrimento.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67-86, jun, 2007. (Edição Especial Comemorativa).

AUGUSTO, Magda Maria; FREITAS, Lêda Gonçalves de; MENDES, Ana Magnólia. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. **Psicologia em Revista**. v.20, n.1, p. 34-55, abr. 2014.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, set/dez.2006.

BRANT, Luiz Carlos. Sofrimento e subjetividade em gestores no processo em reestruturação produtiva. In: **VII Encontro Nacional de Estudo do Trabalho**, Anais. Salvador, 2001. p. 1-10.

BRANT, Luiz Carlos; DIAS, Elizabeth Costa. Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 942-949, jul-ago, 2004.

BRASIL, **Decreto Nº 5.378** de 23 fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providencias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5378.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL, **Lei Nº 8112** de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 12 fev 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FERREIRA, C. M. M. Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. **Revista do Serviço Público - RSP**, Brasília, v. 120, n. 3, p. 1-37, set/dez.1996.

LONGO, F. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. **Revista do Serviço Público - RSP**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 7-33, abr/jun, 2003.

MARTINS, H. F. Burocracia e a revolução gerencial: a persistência da dicotomia entre política e administração. **Revista do Serviço Público – RSP**, Brasília, v.48, n.1 p.42-78, jan/abr. 1997.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. **Prazer e sofrimento no trabalho qualificado: um estudo exploratório com engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações**. 1994. 82 f. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia, Brasília-DF.

NICOLINI, A. M. **Aprender a governar: a aprendizagem de funcionários públicos para as carreiras de Estado**. Bahia: UFBA, 2007. Originalmente apresentada como Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2007.

NUNES, A. V. L.; LINS, S. L. B. Servidores Públicos Federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho – RPOT**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 51-67, jan/jun. 2009.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005a.

PAULA, A. P. P. de. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v.45, n.1, p. 36-49, jan/mar. 2005b.

PECI, A.; PIERANTI, O. P.; RODRIGUES, S. Governança e New Public Management : convergências e contradições. **Organização & Sociedade – O&S**, v. 15, n. 46, jul/set. 2008.

PEREIRA, Janice Aparecida de Souza. **Vivências de prazer e sofrimento na atividade gerencial em empresa estratégica: o impacto dos valores organizacionais**. 2003. 165 f. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Psicologia, Brasília-DF.

PIOLLI, Evaldo; HELOANI, José Roberto Montes; SILVA, Eduardo Pinto. Sofrimento e heteronomia: reflexões críticas sobre as políticas de (pseudo) valorização do trabalho do diretor de escola. **Revista Comunicações**. Ano 20, n. 2, p. 117-132, jul/dez. 2013.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n.1, p. 53-66, jul/dez. 2012.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO, 1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

SANTOS, Elaine Garcia dos; NOVO, Luciana Fiorentino; TAVARES, Larissa Ferreira Do prazer ao sofrimento docente: uma análise sob a perspectiva da qualidade de vida no trabalho de uma IFES. In: **X Colóquio Internacional de Gestión Universitária en América Del Sur. Anais. Mar del Plata**: 2010. p. 1-16.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista da Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar/abr. 2009.

THOMAS, D. R. A General Inductive Approach for Analyzing Qualitative Evaluation Data. **American Journal of Evaluation**, v. 27, nr. 2, p. 237-246, June 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada na pessoa 199, 200, 201, 202, 204, 210, 211, 212

Adoecimento 6, 40, 49, 53, 60, 65, 66, 71, 80, 82, 110, 215, 220

Alienação parental 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Alma 70, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Análise do comportamento 112, 123, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

Atenção primária à saúde 8, 90, 91, 92, 95, 100, 102, 182

Avaliação psicológica 172, 191, 192, 194, 196, 197, 198

C

Capitalismo 65, 69, 75, 166

Cinoterapia 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 18

Comportamento verbal 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231

Compulsão alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Contexto histórico 67, 149

Corpo 16, 17, 42, 46, 54, 69, 70, 87, 140, 141, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Covid-19 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 35, 37, 72, 73, 85, 86, 159, 204, 208, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232

Criminalização 163, 165, 168, 169, 172, 174

D

Democracia 4, 6, 8, 28, 36

Depressão 2, 5, 14, 15, 26, 29, 34, 40, 45, 53, 119, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 143, 156, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Direitos constitucionais 28

Doenças mentais 28, 31, 33, 36, 128

E

Educação 11, 12, 16, 18, 21, 23, 24, 35, 42, 44, 65, 66, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 101, 102, 108, 123, 124, 134, 161, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 198, 227, 233

Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG 48, 49

Escuta qualificada 136, 149

Espaços públicos 84, 85, 89

Espiritualidade 213, 214

Esportes 115, 117

Estigma 28, 29, 34, 38, 176, 180

Estratégia saúde da família 90, 91, 92, 96, 100, 101

G

Gestão pública 48, 60, 62, 63

H

Habilidades sociais 104, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

I

Idosos institucionalizados 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Indivíduos 9, 15, 30, 33, 38, 44, 73, 84, 104, 108, 116, 129, 152, 164, 180, 192, 194, 196, 218, 223, 225, 227, 228, 229

Infantojuvenil 149, 150, 157

Intervenção familiar 175, 178, 179, 181, 182, 184, 185

J

Judicialização 163, 165, 170, 171, 172, 174

L

Labor 28, 65, 66, 68, 69

Leis 42, 52, 63, 89, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 222

Loucura 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 63, 79

M

Maternidade 136, 138, 140, 142, 144, 147, 148

Mobilidade urbana 83, 84, 85, 86, 88, 89

Mulheres 15, 21, 24, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 104, 137, 140, 145, 147, 148, 152, 166, 193

N

Nutrição 11, 16, 19

O

Ontológico 65, 76, 77, 78

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 35, 72, 73, 74, 78, 85, 86, 204, 208, 221, 228, 229, 231, 232

Práticas culturais 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232

Práticas Integrativas e Complementares (PICS) 21, 22, 23, 25, 27

Processo psicoterapêutico 199, 208

Psicodiagnóstico 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Psicologia 9, 2, 8, 11, 16, 20, 21, 39, 41, 43, 46, 63, 64, 67, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 231, 232, 233

Psicopatologia 38, 53, 63, 79, 103, 147, 188, 197, 198

Psicossocial 7, 9, 23, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 149, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 172, 177, 179, 183, 185

Q

Qualidade de vida 49, 64, 87, 88, 104, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 141, 159, 180, 182, 218

R

Relação psicoterapêutica 199, 208, 210

Relações 28, 32, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 67, 70, 71, 74, 77, 85, 88, 89, 98, 101, 111, 113, 115, 120, 121, 124, 128, 130, 140, 144, 150, 151, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 200, 205, 213, 221, 222, 225, 226, 227

Relevância 28, 49, 51, 76, 105, 110, 123, 127, 129, 169, 172, 191, 193, 194, 195, 197

Revisão sistemática 103, 106, 108, 109, 110, 125, 131, 134, 135, 178, 179, 184, 230

S

SARS-CoV-2 10, 11, 12, 21, 22, 23, 26, 231

Saúde coletiva 8, 47, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 123, 161

Saúde mental 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 56, 87, 93, 97, 102, 108, 115, 116, 121, 126, 128, 135, 137, 145, 168, 176, 178, 180, 185, 187, 197

Sofrimento gerencial 48, 49, 57, 61

T

Terapia pela arte 175, 178, 186

Transtorno de ansiedade social 103, 104, 105, 111, 112, 113, 114, 121, 133

Transtornos psicóticos 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Tripla jornada 40, 44, 45

U

Universidade 1, 4, 8, 10, 19, 21, 23, 28, 46, 47, 48, 63, 64, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 101, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 135, 146, 148, 160, 161, 163, 175, 199, 200, 203, 211, 221, 228, 233

V

Violência sexual infantil 149

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)